

# Exploração para compensar perda

Para o governo do Estado, exploração da jazida de sal-gema é uma compensação das perdas na divisão dos royalties do petróleo

Andréa Nunes

Para autoridades do Estado, o governo federal liberar a exploração da jazida de sal-gema em Conceição da Barra é uma forma de compensar as perdas pela nova divisão dos royalties do petróleo com a emenda Ibsen-Simon, que reduz a participação dos estados e municípios produtores.

De acordo com o secretário de desenvolvimento do Estado, Márcio Felix, o tema foi inclusive debatido em reunião do governador Renato Casagrande com a presidente Dilma.

“Estamos mexendo em um gigante adormecido e eu espero que ele acorde. Seria bom não só para o Espírito Santo, mas também para a região”, afirma Felix.

Na Assembleia Legislativa, o deputado Marcelo Santos, que preside as comissões de petróleo gás e energia e de infraestrutura, defende que a exploração no Estado poderá gerar pelo menos 15 mil empregos diretos e diz que pondera a questão dos royalties em um documento que será enviado nesta semana ao governo federal.

“Naturalmente teremos um prejuízo. Então, que isso fosse colocado no momento de análise, como forma de compensar o Estado”.

Com relação ao impasse com o governo federal, Márcio Felix explica que quem tem autorização para explorar o sal-gema é a Petrobras, porém não é atividade prati-



PLATAFORMA DE PETRÓLEO: exploração no Estado poderá gerar pelo menos 15 mil empregos diretos

cada pela empresa.

O que se tenta, portanto, é uma autorização do governo federal para abrir uma licitação convocando outras empresas para assumir o negócio.

“Conceição da Barra é um município que sai prejudicado com a nova divisão dos royalties. Ao enfrentar uma adversidade, podemos criar uma oportunidade e acho pode acontecer nesse mo-

mento de aflição para o nosso Estado e município”, afirma o prefeito de Conceição da Barra, Jorge Donati.

## INDÚSTRIA

Segundo o secretário de desenvolvimento do Estado, Márcio Felix, a proposta é formar um polo sal-químico no Estado e direcionar a extração do sal para o uso industrial, com maior valor agrega-

do. “A ideia é instalar indústrias ao redor”, salientou.

Segundo o prefeito de Conceição da Barra, o município vai promover incentivos fiscais para a formação de um polo industrial e acredita que poderá voltar a produção para o mercado externo.

“A cidade tem uma característica marítima que viabiliza um terminal portuário, assim podemos destinar a economia para a exportação”.

## Injustiças econômicas contra o Estado são históricas

Não é a primeira vez que decisões de Estado, como a nova divisão da participação dos estados e municípios nos royalties do petróleo, prejudicam a economia capixaba.

O problema já começou no período colonial, quando Portugal proibiu qualquer forma de acesso a Minas Gerais pelo litoral capixaba, a fim de evitar invasões às minas de ouro e diamante.

“Havia uma legislação imperial que impedia de se construir estrada que ligasse o Espírito Santo a Minas Gerais e proibía a navegação do Rio Doce, que liga um estado a outro. Se você tem algo que impede a circulação de pessoas, isso dificulta o povoamento da região e o desenvolvimento econômico”, explica o professor de história Higor Lopes Prucoli.

No final da década de 1960, durante o regime militar, uma decisão que partiu do governo federal afetou novamente a economia capixaba: a erradicação dos cafezais.

De acordo com o historiador e pesquisador da história do Espírito Santo, André Malverdes, a decisão foi tomada porque o café havia perdido valor no mercado mundial.

“Como na época a produção cafeeira era a principal atividade econômica do Estado, foram necessárias medidas compensatórias”, explica.

Entre as medidas está a atração de grandes indústrias para o Estado, como CST e Aracruz Celulose.

## Mobilização para discutir partilha dos royalties

Uma mobilização vai acontecer hoje no Palácio Anchieta em defesa dos royalties do petróleo para o Espírito Santo.

O governador Renato Casagrande vai se reunir com membros do Executivo, Legislativo e Judiciário, além de representantes da indústria e de classes de trabalhadores, para conhecer os detalhes das propostas alternativas de distribuição dos recursos colocadas pelo senador Vital do Rêgo (PMDB-PB).

O encontro do Comitê em Defesa do Espírito Santo é uma espécie de força-tarefa que visa traçar estratégias para continuar a pressão sobre o governo federal por uma divisão mais justa dos recursos e blindar os royalties do

Espírito Santo do “olho grande” dos estados não produtores.

A reunião, marcada para as 10h30, foi sugerida pelo senador capixaba Ricardo Ferraço.

Ele vai apresentar as propostas colocadas pelo relator do projeto sobre a nova divisão dos royalties.

Enquanto isso, em Brasília, as propostas alternativas devem ser apresentadas hoje oficialmente pelo senador Vital.

Após as discussões no Congresso Nacional para a escolha em consenso de uma delas, está prevista a votação na quarta-feira.

Caso uma das propostas seja acatada, o veto presidencial à Emenda Ibsen-Simon pode não ser apreciado no dia 26.

Mas, se nesse dia o veto for mesmo derrubado, as perdas por Estado podem chegar a R\$ 1,2 bilhão, já que a emenda propõe distribuir igualmente os royalties.

## ALCKMIN

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), disse ontem que defende a proposta atual da presidente Dilma Rousseff (PT) para a distribuição dos recursos provenientes da exploração do petróleo do pré-sal.

“Acho justa a proposta do governo, que melhora a situação dos estados não produtores, mantém a parcela dos que produzem próxima da atual, mas reduz bem a participação da União”.



RENATO CASAGRANDE integra o Comitê em Defesa do Espírito Santo